

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

MEU AVÔ ERA CIENTISTA: A PESQUISA FORA DOS GRANDES CENTROS¹

Mariana Ceci

Meu avô era cientista. Seu nome está registrado no Museu Geológico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na parede de uma escola municipal no bairro de Mãe Luiza, na zona leste de Natal e em uma rua perto da casa onde viveu com minha avó até a morte.

Na infância, nada parecia mais natural do que ele ser um cientista de pedras. Afinal, ele nasceu em Currais Novos, no Seridó potiguar, um dos seis municípios que hoje integram o Geoparque Seridó, reconhecido pela Unesco por sua relevância geológica para a compreensão da história da Terra.

Para mim, ser pesquisador era isso: observar o que está ao redor até ser capaz de explicar os detalhes de um organismo e seu lugar no mundo a outra pessoa. Por isso, também me parecia natural que a casa da minha avó fosse repleta de pedras, modelos de fósseis e ferramentas de escavação – a imagem viva do meu avô, que nunca conheci,

¹ Esse texto é dedicado a meu avô, Antonio Campos e Silva, geólogo, arqueólogo e paleontólogo potiguar, cujos escritos me guiam à distância.

já que ele morreu aos 31 anos em um acidente de carro no município de Felipe Guerra, onde estavam também minha avó, minha tia e meu pai, ainda crianças.

Essa experiência da infância me fez acreditar em uma ligação quase literal entre o pesquisador e o objeto de estudo: o chão que ele pisa, os problemas que enxerga e o fascínio que as pedras do quintal de casa despertam. Afinal, quem melhor do que alguém que cresceu entre pedras para compreendê-las, estudá-las e desvendar seus mistérios?

Ao entrar na graduação, descobri que essa não era uma visão compartilhada por todos. Muitas vezes, a pesquisa não nascia do olhar atento para o entorno, mas de um foco voltado para a própria Academia: como tratar um assunto em alta de modo a garantir uma publicação, mesmo que não houvesse relevância ou necessidade de avanço significativo no campo? Publicar parecia ser o objetivo em si. O entorno era apenas suporte para a produção acadêmica.

Em 2023, mais de 10 mil artigos científicos foram retratados, segundo a *Nature*, um recorde histórico. A taxa de retratações já supera a de novas publicações. Outro impacto, mais difícil de medir, é o distanciamento crescente entre quem estuda, o objeto de estudo e o potencial transformador da pesquisa.

Na pós-graduação, tive outra surpresa. Enquanto eu criticava essa lógica aplicada ao lugar de onde venho, percebi que, para pesquisadores dos grandes centros do país, a produção científica realizada a partir desse lugar muitas vezes sequer era considerada.

No Brasil, 20% da produção científica se concentra no estado de São Paulo. Entre as 15 instituições públicas responsáveis por 60% da ciência brasileira, apenas uma – a Universidade Federal de Pernambuco – está fora do eixo Sul-Sudeste, segundo um relatório da Clarivate Analytics, que analisou a produção científica entre 2013 e 2018.

Embora essa concentração já tenha sido maior no passado, a mudança é lenta. O sistema de pesquisa brasileiro ainda é frágil, jovem e sustentado majoritariamente por universidades públicas, cenário bem diferente do que se vê em outros países que servem como referência para comparações.

Nos Estados Unidos, por exemplo, Harvard foi fundada em 1636, enquanto, no Brasil, a formação das primeiras universidades só começou no século XX. Não tivemos aqui algo equivalente ao *Morrill Act* de 1862, que interiorizou universidades nos EUA por meio da concessão de terras para a criação de novos campus. Quando meu avô estudava paleontologia e arqueologia no Rio Grande do Norte, não havia cursos nessa área no estado.

A internacionalização da ciência não é novidade, e a colaboração é essencial para o progresso. No entanto, comparar instituições jovens e subfinanciadas com outras seculares e bem estruturadas gera uma pressão sobre o sistema universitário brasileiro que, em vez de promover crescimento, pode acabar excluindo muitos pesquisadores já na largada.

Na Agência Fiocruz, Ricardo Valverde descreve as doenças negligenciadas como “aquelas causadas por agentes infecciosos ou parasitas e são consideradas endêmicas em populações de baixa renda”. Essas doenças, continua Ricardo, também apresentam indicadores inaceitáveis e investimentos mínimos em pesquisas e produção de medicamentos para seu controle. No jogo em que só a produtividade a partir do olhar do Norte Global importa, temas fora do radar desses grandes centros são negligenciados – e essa negligência não se restringe apenas às doenças. Para quem está distante, resta a opção de ser objeto de estudo quando algo localmente relevante desperta interesse.

A Pesquisa Nacional de Percepção Pública da Ciência de 2023 mostrou um aumento significativo na proporção de brasileiros que conseguem se lembrar do nome de um cientista ou instituição nacio-

nal, de 9,1% para 17,9%. Ainda assim, esse é o percentual mais baixo da América Latina, segundo o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, responsável pela pesquisa.

As pessoas ainda não veem a ciência como algo próximo. Poucos imaginam que é possível estudar as pedras e o solo onde vivem – e que estudar isso importa. Nesse contexto, o jornalismo também tem um papel fundamental, ajudando a consolidar a imagem do cientista como alguém distante, com um sotaque único, que surge e desaparece sem deixar rastros.

Se o progresso científico depende de múltiplos olhares, é preciso construir uma imagem de cientista que reflita essa diversidade: de gênero, cor e origem. Como bell hooks sugere, a experiência por si só não nos faz especialistas. Não queremos ser apenas “informantes nativos”, mas queremos menos ainda ser meros objetos de estudo.

Repensar os modelos atuais de produção científica – a filósofa Isabelle Stengers fala em “ciência lenta” – e as imagens propagadas dessa profissão na mídia é fundamental. No entanto, isso não é suficiente. É necessário também rever a lógica do que entendemos por Brasil e por ciência brasileira, e que condições reais damos para sua existência. Caso contrário, corremos o risco de perpetuar o efeito Mateus: dar mais a quem já tem e deixar para trás aqueles que começam a trilhar o caminho, desperdiçando o enorme potencial de uma verdadeira ciência nacional.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Sebastiana Guedes; SILVA FILHO, Valdeci Pereira; OLIVEIRA, Wagner Araújo; DO NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite. O desenvolvimento do geoturismo s geossítios Cânions dos Apertados, Pico do Tororó e Mina Brejuí, Município de Currais Novos, RN. **Geonomos**, 22(1), p. 31-28, 2014. Disponível em: https://geoparqueserido.com.br/?page_id=9206. Acesso em: 30 de outubro de 2024

ESCOBAR, Herton. 15 universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira. **Jornal da USP**, 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira/>. Acesso em: 30 de outubro de 2024

LEE, Gordon G. The Morrill act and education. **British Journal of Educational Studies**, 12(1), p. 19-40, 22 jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00071005.1963.9973102>. Acesso em:

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível**: manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

VALVERDE, Ricardo. Doenças negligenciadas. **Agência Fiocruz**, [s. d.]. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/doen%C3%A7as-negligenciadas>. Acesso em: 30 de outubro de 2024

VAN NOORDEN, Richard. More than 10,000 research papers were retracted in 2023 – a new record. **Nature News**, 12 dez. 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-023-03974-8>. Acesso em: 30 de outubro de 2024

